

www.revisaopdaparecida.com

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Aparecida/SP

PRODUTO 1
Plano de Trabalho



REALIZAÇÃO



Prefeitura de Municipal Aparecida

Rua Professor José Borges Ribeiro, 167, Centro

Aparecida/SP – CEP: 12.570-000

Tel.: +55 12 3104-4000

www.aparecida.sp.gov.br

LISTA DE SIGLAS

CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

PD – Plano Diretor

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Prefeitura Municipal de Aparecida

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

ONU – Organização das Nações Unidas

USF – Unidade de Saúde da Família (USF)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....	5
2.1	Localização e Acesso	5
2.2	Caracterização Física do Município.....	5
2.3	População	6
2.4	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.....	6
3	JUSTIFICATIVA.....	7
4	OBJETIVOS	8
5	METODOLOGIA.....	9
5.1	EVENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	10
5.1.1	Planejamento	10
5.1.2	Diagnóstico.....	10
5.1.3	Prognóstico.....	11
5.1.4	Etapa Final.....	12
5.2	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS.....	12
5.2.1	Planejamento	13
5.2.2	Diagnóstico	13
5.2.3	Prognóstico	14
5.2.4	Etapa final.....	16
5.3	ENTREGA E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS.....	17
5.4	CRONOGRAMA.....	17
6	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Plano de Trabalho referente ao Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Aparecida e o Santuário Nacional. A finalidade deste contrato é a realização de Revisão do Plano Diretor de Aparecida, juntamente com a regulamentação da Lei e atualização legislativa de seus instrumentos complementares (Lei de Uso e Ocupação do Solo).

O plano de trabalho tem como escopo o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração da revisão do Plano Diretor (PD), em todas as etapas previstas, incluindo entrega dos relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro e a agenda das reuniões previstas.

Visando atender ao que determina o Termo de Referência que baliza a execução da revisão do Plano Diretor, apresenta-se o presente Plano de Trabalho.

2 DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

A seguir serão apresentados dados gerais do município de Aparecida, como localização, acesso, caracterização física, população, entre outros.

2.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

O Município de Aparecida está localizado na porção leste do Estado de São Paulo, no Vale do Paraíba. Limita-se a noroeste com o Município de Potim, a leste com Guaratinguetá, a oeste com Roseira e a sul com Lagoinha. Encontra-se nas coordenadas 22° 48' 45" S e 45° 11' 15" W.

O principal acesso para Aparecida é rodoviário, de São Paulo são 180 km pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116).

2.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO

Localizada entre a depressão do Rio Paraíba do Sul e reversos da Serra do Mar, a área urbana de Aparecida encontra-se a 550 m de altitude em relação ao nível do mar. As maiores altitudes ocorrem ao sul do município e chegam aos 1.000 m.

Aparecida é cortada pelo Rio Paraíba do Sul e pelos córregos afluentes: Ribeirão da Chácara, dos Moraes, do Sá e Itaguassu. Está localizada sobre Latossolo Vermelho-Amarelo e Argilossolo Vermelho-Amarelo. Em termos geológicos, a cidade está situada, ao norte, sobre rochas gnáissicas de origem magmática e/ou sedimentar de médio grau metamórfico e rochas graníticas desenvolvidas durante o tectonismo e, sobre rochas magmáticas de composição félsica e máfica, ao sul.

Aparecida possui cerca de 15% de sua área total (1.857 ha), cobertos por vegetação natural remanescente, classificada como Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica). Segundo o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI) (www.cpa.unicamp.br), o clima da região é caracterizado por temperatura média anual de 21,8°C, oscilando entre mínima média de 15,4°C e máxima média de 28,2°C. A precipitação média anual é de 1.350,9 mm.

2.3 POPULAÇÃO

Aparecida tem 35.007 habitantes, distribuídos em uma área de 121,76 km², com densidade de 289,13 hab./km². A maior parte da população vive em área urbana, com uma taxa de urbanização de 98,55%.

2.4 IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDH foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de uma medida de comparação entre municípios, estados, regiões e países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais (expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita) e varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total). Em Aparecida, o IDH-M apontado para o ano de 2010 foi de 0,755, valor superior às medições anteriores (1980 e 1991) e que o coloca na 195^a posição do Estado de São Paulo. O município se encontra abaixo do IDH estadual, que é 0,783.

3 JUSTIFICATIVA

O processo de descentralização de responsabilidades, através da Constituição Federal de 1988, estabeleceu novas formas de relação entre sociedade e poder público visando a maior responsabilidade e eficiência na alocação de recursos destinados aos municípios. A Carta Magna estabelece no artigo 182, parágrafo 1º a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

A Lei Federal n. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, é importante conquista democrática brasileira. Ela regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade, marcando um esforço de dezenas de anos de luta pelo direito à cidade.

O Estatuto da Cidade, em seu art. 40, §3º, define que as leis que aprovam os planos diretores devem passar por revisão a cada 10 anos. É o presente caso, onde o município de Aparecida, cujo Plano Diretor foi aprovado em 20 de dezembro de 2006, terá seu Plano Diretor atualizado.

Assim como outras cidades do Vale do Paraíba, o município de Aparecida teve seu desenvolvimento acelerado e desordenado entre dois limitadores físicos de grandes dimensões, sendo eles a Rodovia Presidente Dutra e o Rio Paraíba do Sul. Porém, diferentemente das outras cidades, em Aparecida está situado o Santuário Nacional, maior Templo Mariano do mundo e maior polo receptivo de turismo religioso do Brasil, recebendo anualmente aproximadamente 12 milhões de peregrinos.

Com base nesses aspectos mencionados anteriormente, justifica-se o trabalho atual de revisão do Plano Diretor atual e implantação de nova legislação competente.

4 OBJETIVOS

O Planejamento Urbano tem como objetivos: (1) identificar as novas vocações, oportunidades e desafios; (2) planejar uma visão de futuro e (3) propor ações de curto, médio e longo prazos que criem as condições para um desenvolvimento equilibrado e justo. O território quando bem ordenado, planejado e gerido se transforma em plataforma para o desenvolvimento, tornando a região mais competitiva e com instrumentos para a melhoria da qualidade de vida.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é definir as bases e instrumentos legais da política urbana para o Município de Aparecida, subsidiando a Prefeitura Municipal de Aparecida na revisão do Plano Diretor, juntamente com a regulamentação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

5 METODOLOGIA

A elaboração do planejamento prévio que contemple a discussão metodológica, os objetivos, os resultados esperados e os processos a serem adotados apresenta um caráter estratégico para que a revisão do Plano Diretor alcance o resultado pretendido e seja reconhecido pela sociedade.

Antes de mais nada é importante ressaltar que o plano diretor pertence a cidade e não pertence a determinada gestão municipal. Também se ressalta o caráter dinâmico do planejamento, por isso a previsão legal de realização de revisões periódicas, como é presente o caso.

A administração municipal é responsável pelo processo de construção da revisão do Plano e deve assumir a mobilização inicial das atividades de âmbito político, técnico e financeiro.

É importante que a equipe técnica enfrente toda a diversidade das questões que envolvam a cidade, em seus aspectos positivos e negativos, ou seja, não se preocupar apenas com o que funciona adequadamente, mas também com os problemas enfrentados no cotidiano da cidade.

O cuidado e a sistematização no levantamento de dados e informações, aliado ao efetivo processo de participação social, permitirão a análise real e concreta da cidade, cujo resultado deve conduzir a um plano de ação, com as suas etapas de execução bem estruturadas. Desse modo, as muitas informações obtidas devem apresentar utilidade para a elaboração do Plano Diretor.

A comunicação com a sociedade também exerce um papel muito importante na elaboração da revisão desse plano. Desse modo, pode ser estabelecida, como metodologia, a utilização dos canais de comunicação contínuos para a divulgação de dados importantes ou de decisões intermediárias tomadas pelas equipes de trabalho. É importante estabelecer uma prática transversal de comunicação e participação social durante toda a construção do Plano, desde a sua preparação até a implementação e a revisão.

As oficinas e audiência pública também se constituem elementos essenciais neste processo de construção da revisão do plano diretor. Da mesma forma, os registros de todos estes eventos de participação social são importantes para subsidiar reanálises futuras e mesmo garantir a transparência de todos os processos.

Portanto, para que o desenvolvimento do trabalho de revisão do plano diretor municipal obtenha sucesso e cumpra seu objetivo, o alicerce que sustentará toda a reformulação deste plano baseia-se em dois requisitos essenciais: (1) atuação de uma equipe técnica com visão holística em desenvolvimento urbano e (2) formulação de um diagnóstico com a participação da comunidade e do Poder Público.

As informações provenientes de quem vivencia a realidade diária do município, somadas aos dados obtidos de fontes secundárias e primárias pela equipe de trabalho da elaboração da revisão do Plano Diretor, irão colaborar com a construção de um banco de dados consistente e legitimado pela sociedade, que dará segurança para a melhor tomada de decisões.

5.1 EVENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social no processo de revisão do Plano Diretor acontece desde o início os trabalhos, não estando limitada apenas às oficinas e audiência pública, mas sim em todas as etapas que compõem o desenvolvimento dos trabalhos.

5.1.1 Planejamento

Na etapa de planejamento serão realizadas reuniões de sensibilização e capacitação junto à equipe técnica municipal que estará envolvida no desenvolvimento da revisão do Plano Diretor.

Nessa etapa também serão identificados os diferentes segmentos socioeconômicos, como empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros.

Dessa forma, é importante que todas as etapas do Plano Diretor sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas da Prefeitura Municipal e por moradores do município.

5.1.2 Diagnóstico

Na etapa de diagnóstico é realizada oficina denominada “A Cidade que Temos”, a qual é descrita a seguir.

A. Oficina 1 – A Cidade que Temos

Ler a cidade é o primeiro evento de participação social durante a elaboração do Plano Diretor. Nessa oficina, são consolidadas as situações peculiares do município, como seus problemas, seus conflitos, suas oportunidades, suas potencialidades, e assim por diante.

A oficina de leitura da cidade (A Cidade que Temos) acontecerá após levantamentos de campo das equipes de trabalho envolvidas no processo de elaboração do Plano Diretor.

Desta forma, as leituras técnicas produzidas pelas equipes de trabalho devem ser enriquecidas com as leituras comunitárias, feitas pela população, sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros.

A leitura da cidade reúne registros de memória das pessoas e grupos sociais, aponta elementos da cultura e da vivência e, assim, permite que se construam releituras coletivas dos conflitos, problemas e potencialidades. Dentre os aspectos que serão consolidados com os municípios destacam-se, por exemplo: (1) a distribuição dos equipamentos públicos e de infraestrutura existentes na cidade; (2) a relação entre terras disponíveis para habitação e possibilidade de acesso a elas (para diferentes faixas de renda); (3) localização e caracterização das áreas mais importantes (ou mais ameaçadas) para preservação ambiental e cultural, dentre outros.

Para facilitar o processo de compreensão e otimizar a leitura da realidade local, serão utilizados mapas temáticos sobre o território do município de Aparecida.

5.1.3 Prognóstico

Na etapa de prognóstico é realizada oficina denominada “A Cidade que Queremos”, a qual é descrita a seguir.

A. Oficina 2 – A Cidade que Queremos

Com a leitura da cidade já sistematizada na Oficina 1 (A Cidade que Temos), a oficina seguinte denominada “A Cidade que Queremos” irá prever a pactuação de propostas possíveis partindo do anseio das pessoas que vivem no município.

Na Oficina 2 (A Cidade que Queremos) ficará evidente a democratização do processo de planejamento, contribuindo com o rompimento da centralização da tomada de decisões e transformando o processo numa ação compartilhada com os cidadãos.

A participação no processo de planejamento da cidade que se deseja, coloca-se como um insumo fundamental para formular políticas públicas e para que os instrumentos de planejamento e gestão do espaço urbano possam ser implantados. Assim, a perspectiva da cidade deixa de ser solução apenas técnica, e é convertido em resultado de articulação política entre os atores sociais.

Da mesma forma que a Oficina 1, o desenvolvimento da Oficina 2 deve ser enriquecida com a participação dos diferentes segmentos socioeconômicos, como: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros.

Nessa oficina, os municípios são convocados a tomar conhecimento e participar do processo de estruturação das diretrizes que irão nortear o desenvolvimento do município de Aparecida nos próximos 10 anos.

5.1.4 Etapa Final

Na etapa final do processo de revisão do Plano Diretor é realizada a audiência pública, a qual é descrita a seguir.

A. Audiência Pública

Depois de realizadas as oficinas de participação social durante o processo de revisão do Plano Diretor de Aparecida, acontecerá a validação dos trabalhos desenvolvidos por meio de audiência pública. Assim como acontece nas oficinas, a realização da audiência pública requer ampla divulgação e mobilização de agentes de comunicação do município.

É importante que os elementos apontados em Audiência Pública pela população sejam necessariamente avaliados no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, é importante ressaltar que o plano foi construído a partir de um processo participativo, e que mudanças substanciais podem comprometer a legitimidade do Plano Diretor

5.2 DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

Os produtos a serem gerados durante o desenvolvimento da revisão do Plano Diretor de Aparecida estarão divididos entre as etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico e etapa final, conforme apresentado a seguir.

5.2.1 Planejamento

Os produtos que compõem a etapa de planejamento são descritos a seguir.

A. Produto 1 – Plano de Trabalho

O Produto 1 – Plano de Trabalho é o presente relatório, que apresenta as justificativas, os objetivos e a metodologia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor.

B. Produto 2 – Plano de Mobilização e Comunicação Social

O Plano de Mobilização e Comunicação Social, Produto 2, detalhará todo o processo de planejamento dos procedimentos a serem realizados no município, a fim de garantir a participação efetiva da sociedade na revisão do Plano Diretor. As ações serão planejadas em conjunto com o departamento específico da Prefeitura Municipal, respeitando suas características locais de mobilização social.

No Plano de Mobilização e Comunicação Social é prevista a participação de toda a comunidade urbana e rural, organizações privadas ou públicas, autoridades municipais, e demais protagonistas sociais, garantindo o pleno exercício da cidadania.

Para a participação efetiva da sociedade, são previstos os seguintes eventos de participação social:

- Oficina 1 – A Cidade que Temos
- Oficina 2 – A Cidade que Queremos
- Audiência Pública

5.2.2 Diagnóstico

Os produtos que compõem a etapa de diagnóstico são descritos a seguir.

A. Produto 3 – Leitura Técnica

O Produto 3, denominado Leitura Técnica, consiste na sintetização dos dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura disponíveis. Esse

produto será resultado de levantamento de campo pela equipe da Vallenge, acompanhada pela equipe técnica da Prefeitura.

Mais do que reunir dados globais e médias locais do município, a leitura técnica identificará: (1) a diversidade do município de Aparecida; (2) as desigualdades entre a zona urbana e rural, ou entre bairros da cidade e (3) os problemas e as tendências de desenvolvimento local, considerando o contexto regional do município.

A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do município.

Ressalta-se que durante os trabalhos de campo da leitura técnica, os técnicos capturarão as características da cidade e as peculiaridades de cada bairro, bem como buscarão diálogo com os cidadãos, os seguimentos sociais de interesse e os diversos órgãos do poder público, como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidade de Saúde da Família (USF), etc.

Depois de realizado o levantamento de campo e consolidada a leitura técnica do município de Aparecida, as leituras produzidas pelos profissionais da Vallenge e a equipa técnica da Prefeitura serão enriquecidas com a oficina "A Cidade que Temos", feitas pela população sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos.

B. Produto 4 – Relatório Oficina 1 – A Cidade que Temos

O Produto 4 é o relatório que retrata a realização da Oficina 1, "A cidade que temos", a ser realizada no município e contemplada no Plano de Comunicação e Mobilização Social.

As atividades dinâmicas e participativas que acontecerão na oficina também serão relatadas no relatório da Oficina 1, e permitirão obter uma leitura sob o olhar dos munícipes sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano de Aparecida.

Visando registrar a legitimidade da participação social no processo de revisão do Plano Diretor, serão capturadas fotografias do evento, será preenchida lista de presença pelos participantes e redigida ata de reunião.

5.2.3 Prognóstico

Os produtos que compõem a etapa de prognóstico são descritos a seguir.

A. Produto 5 – Relatório Oficina 2 – A cidade que Queremos

O Produto 5 é o relatório que retrata a realização da Oficina 2, “A Cidade que Queremos”, também contemplada no Plano de Comunicação e Mobilização Social.

Dando continuidade à visão da população sobre o município de Aparecida capturadas na Oficina 1 “A Cidade que Temos”, na Oficina 2 serão capturados os anseios dos munícipes quanto às expectativas de desenvolvimento do município. Assim como previsto na Oficina 1, as atividades serão dinâmicas e participativas e serão relatadas no Produto 5. As atividades serão desenvolvidas de modo que seja possível obter uma leitura sob o olhar dos munícipes sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano de Aparecida.

Também serão registradas fotografias do evento, lista de presença dos participantes e ata de reunião, visando registrar a legitimidade da participação social no processo de revisão do Plano Diretor.

B. Produto 6 – Análise Técnico-Participativa

A análise técnico-participativa, que irá compor o Produto 6, consistirá no relatório que confronta a visão técnica obtida no levantamento de campo e no diálogo com os seguimentos interessados do município, com as informações provenientes do olhar da população do município de Aparecida.

Com as informações de ambas as análises, técnica e social, obtém-se a análise técnico-participativa, relatório que além de apresentar olhar técnico apurado sobre os aspectos da cidade de Aparecida, considera também as contribuições provenientes da sociedade local. Essa consolidação prevista no Produto 6, legitima as informações colhidas com relação aos aspectos de desenvolvimento urbano, possibilitando sistematizar as principais conclusões quanto aos déficits municipais e definir orientações para a solução dos problemas infraestrutura do município.

C. Produto 7 – Definição de Diretrizes

O Produto 7 apresenta a consolidação das diretrizes definidas no processo de revisão do Plano Diretor de Aparecida, tanto diante do olhar técnico obtido por meio de dados da Prefeitura e levantamentos de campo, quanto do olhar social obtido por meio das oficinas de participação social.

Além das diretrizes pactuadas partindo-se do olhar técnico e social, o Produto 7 apresentará uma perspectiva inserida na nova regulamentação de Lei de Uso e Ocupação do Solo.

5.2.4 Etapa final

Os produtos que compõem a etapa final são descritos a seguir.

A. Produto 8 – Minuta do Projeto de Lei

O Produto 8 consiste na minuta de Projeto de Lei de aprovação da revisão do Plano Diretor. Trata-se da primeira versão de projeto de lei entregue ao município.

B. Produto 9 – Projeto de Lei

Depois de entregue o Produto 8, que é a minuta de lei, será entregue o Produto 9, que é o projeto de lei já com uma avaliação da equipe técnica municipal a ser submetida a Câmara Municipal de Aparecida. Trata-se de momento decisivo do Plano Diretor, uma vez propiciará a possibilidade de desenvolvimento a um novo patamar de relações e propostas viáveis e pactuadas. Portanto, como foram legitimadas pela sociedade, terão maiores chances de serem concretizadas.

Assim como os procedimentos jurídicos convencionais, o projeto de lei do Plano Diretor será apresentado à sociedade em audiência pública, e posteriormente será submetido à Câmara Municipal para ser discutido.

Ressalta-se que quanto mais o legislativo tenha se envolvido no processo, maior a probabilidade de que o projeto seja aprovado e convertido em lei, sem alterações que o descaracterizem ou o afastem do interesse da maioria dos cidadãos ativos no processo participativo.

C. Produto 10 – Relatório Final

O Produto 10 é o relatório que retrata a realização da audiência pública de apresentação do processo revisão do Plano Diretor de Aparecida. Visando registrar a legitimidade da participação social no processo de revisão do Plano Diretor, serão capturadas fotografias do evento, será preenchida lista de presença pelos participantes e redigida ata de reunião.

Além de registrar a memória do evento final de participação social, o Produto 10 apresenta a consolidação de todos os produtos anteriores antes da sua aprovação como lei.

Os subprodutos gerados durante o desenvolvimento do trabalho como, planilhas, cartas e mapas serão entregues de forma a possibilitar sua impressão, preferencialmente em formato PDF.

5.3 ENTREGA E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

A entrega obedecerá rigorosamente ao sequencial da metodologia descrita anteriormente, sendo apresentado em duas cópias impressas em papel A4 (210 por 297 mm), e em meio digital (em CD gravado em seção fechada).

Os produtos entregues pela consultoria devem ter suas considerações e avaliações efetuadas em até 10 (dez) dias úteis após a entrega. Passado este prazo, a consultoria entenderá que o produto foi aprovado sem a necessidade de alterações.

5.4 CRONOGRAMA

A seguir é apresentado cronograma físico financeiro que engloba as etapas previstas no processo de revisão do Plano Diretor do município de Aparecida.

ETAPAS / MÊS	2016	2017									
	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	
PLANEJAMENTO											
Produto 1 – Plano de Trabalho											
Produto 2 – Plano de Mobilização Social											
DIAGNÓSTICO											
Produto 3 – Leitura Técnica											
Produto 4 – Relatório Oficina 1											
PROGNÓSTICO											
Produto 5 – Relatório Oficina 2											
Produto 6 – Relatório Análise Integrada											
Produto 7 – Definição de Diretrizes											
ETAPA FINAL											
Produto 8 – Minuta do Projeto de Lei											
Produto 9 – Projeto de Lei											
Produto 10 – Relatório Final											

6 REFERÊNCIAS

Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias. Brasília. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002; BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997: institui o Código de Trânsito Brasileiro. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm> Acesso em 08.jul.2013.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 08.jul.2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Guia para Implementação do Estatuto da Cidade. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2005. 160 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 25 de 18 de março de 2005. Diário Oficial, Brasília, n 60, 39 mar. 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 34 de 1 de julho de 2005. Diário Oficial, Brasília, 14 julho 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução Normativa nº 14 de 6 de junho de 2012. Diário Oficial, Brasília, 2012. São Paulo. Constituição do Estado de São Paulo São Paulo: Imprensa Oficial, 95p. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao>>.

PLANEJANDO O PRESENTE ★ & CONSTRUINDO O FUTURO

Realização:



Apoio:



Consultoria:

